

Luana Frigulha Guisso
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES 4

**Teoria e prática em educação,
ciência e tecnologia**

DIÁLOGO
EDITORIAL

Luana Frigulha Guisso e
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS

INTERDISCIPLINARES 4:

Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia

1ª edição

Vitória
Diálogo Comunicação e Marketing
2023

Diálogos interdisciplinares 4: Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia
© 2023, Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira

Projeto gráfico e editoração
Diálogo Comunicação e Marketing

Capa e diagramação
Ilvan Filho

1ª edição

Conselho Editorial

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

Dra. Tatiana Gianordoli

Dra. Juliana Martins Cassani

Apresentação

Este e-book, Diálogos Interdisciplinares 4 - Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia, é o compartilhar das pesquisas, realizadas por alunos, com o acompanhamento de seus professores-orientadores, no Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), com o objetivo de desvelar a construção do saber, consolidado no âmbito acadêmico.

Trata-se de uma coletânea de artigos, os quais, destacam-se como fontes de pesquisa e consulta, reiterando-se, portanto, essa obra, como de relevância, no perscrutar das práticas de sala de aula. As condutas de sala de aula denotam especificidades e singularidades, e evidenciam um processo de aprendizagem multidisciplinar, imprescindível, em tempos atuais.

A obra presta uma contribuição essencial como um legado da produção educacional realizada no Espírito Santo. A coletânea baseia-se em vivências e experiências de cada pesquisador, o que torna a narrativa ainda mais convidativa à leitura, em face ao fato de se traduzir em um conteúdo contextualizado e singular.

Estão em pauta aqui no foco Educacional estudos dos processos de aprendizagem significativa, de atendimento educacional especializado, de uma educação antirracista, da educação patrimonial na preservação da memória cultural, dos desafios da gestão escolar, de processos de inclusão escolar e acerca do papel do professor mediador em conflitos.

Bem como artigos no campo da saúde e do bem-estar, como sobre a atuação do fisioterapeuta na promoção da saúde de diabéticos e hipertensos, de um estudo acerca de um programa audiovisual na programação de atividades físicas direcionados à terceira idade, de atividades físicas motoras, do uso indiscriminado de analgésicos para o alívio da dor e um estudo sobre a violência sexual infantil.

Neste mosaico de estudos acadêmicos procuramos dar a ver um legado do passo a passo da produção realizada por discentes, com o suporte de seus orientadores, no Mestrado da UNIVC. Cada temática é o resultado de uma convivência de aprendizagem, persistência, colaboração e superação dos desafios. E é com muita satisfação que apresentamos mais uma edição dos Diálogos Interdisciplinares.

Ivana Esteves Passos de Oliveira e Luana Frigulha Guisso

Sumário

O USO INDISCRIMINADO DE ANALGÉSICOS PARA ALÍVIO DA DOR: SUAS CAUSAS E EFEITOS PARA SAÚDE	09
Alan Santiago Muri Gama e Giovanni Guimarães Landa	
APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO 6º ANO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO DEVER DE CASA	21
Aleziani Scherrer Santos e Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira	
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS AFRODESCENDENTES PARA A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS: RECORTES DE UMA PESQUISA REALIZADA NO CMEI DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO ESPÍRITO SANTO	36
Ana Luiza de Souza Christófori e André Luís Lima Nogueira	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL EM PRESIDENTE KENNEDY-ES	48
Carla Corrêa Pacheco Gomes	
VIOLÊNCIA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DA SERRA/ES: A REALIDADE DE UMA ESCOLA	69
Cláudia Mariano Simões	
ATIVIDADE FÍSICA E AS HABILIDADES MOTORAS E COGNITIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: EMEIEF DE JAQUEIRA “BERY BARRETO DE ARAÚJO” – PRESIDENTE KENNEDY/ES	92
Evilásio Mussy Caetano Júnior e Sônia Maria Da Costa Barreto	
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO ACERCA DO PAPEL DA ESCOLA NA RUPTURA DA CADEIA DE VIOLÊNCIA	112
Gabriela Vieira de Oliveira Piovezan	

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EMEIEF SANTO EDUARDO – PRESIDENTE KENNEDY/ES: 2020/2021	163
Katia Corrêa Pacheco e Sônia Maria da Costa Barreto	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	182
Kátia Cruz Ferreira Pinto e Yolanda Aparecida de Castro Almeida Vieira	
O ENSINO DE TABUADA ATRAVÉS DE JOGOS PARA OS ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTALII – ITAPEMIRIM/ES	198
Keila Arcanjo Freitas e Joccitiel Dias da Silva	
AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL PARA PROGRAMA DE ATIVIDADES FÍSICAS VOLTADAS À TERCEIRA IDADE	219
Kleyton Corrêa Borges e José Roberto Gonçalves de Abreu	
O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR: UMA ANÁLISE ACERCA DA PEDAGOGIA TRADICIONAL E DA MEDIAÇÃO	236
Marilda De Souza Pereira Bernardo	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	250
Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro e Edmar Reis Thiengo	
ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS PACIENTES DIABÉTICOS E HIPERTENSOS NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE SANTA LÚCIA, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES	273
Sara Neves Ribeiro e José Roberto Gonçalves de Abreu	
INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS ESPECIAIS E ACESSIBILIDADE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES	296
Valdeis Correa Baiense e Marcus Antônio da Costa Nunes	
OS AUTORES	318
AS ORGANIZADORAS	321

O USO INDISCRIMINADO DE ANALGÉSICOS PARA ALÍVIO DA DOR: SUAS CAUSAS E EFEITOS PARA SAÚDE

*Alan Santiago Muri Gama
Giovanni Guimarães Landa*

1. INTRODUÇÃO

A função dos medicamentos é importantíssima no contexto dos sistemas sanitários, tendo em vista que os mesmos melhoram a saúde e até salvam vidas (MARIN et al., 2003). A sociedade apresenta o seu uso como o modo mais comum de terapia. No entanto, existem problemas de saúde relacionados ao seu uso sem o devido acompanhamento. Desde a falta de estrutura no sistema de saúde até a propaganda de farmácias são considerados pontos de tensão desta problemática (DALLAGNOL, 2004).

O uso indiscriminado de medicamentos sem orientação profissional, na maioria dos casos sem o conhecimento dos efeitos maléficos que podem causar, traz consequências que preocupam a área da medicina e congêneres por todo o mundo. O acúmulo de produtos farmacêuticos no espaço doméstico é prova de que a sua presença é incentivada calorosamente.

No contexto do uso de medicamentos sem orientação e acompanhamento médico está a indiscriminada utilização dos analgésicos, pois trazem alívio imediato (ou quase imediato) das dores das pessoas, mas seus efeitos nem sempre são satisfatórios, tendo em vista que o organismo humano reage de formas diferentes às substâncias que lhes são administradas.

Lidar com a questão do uso indiscriminado de analgésicos, visando o uso racional destes medicamentos, é considerada essencial, não apenas para melhorar a prestação dos cuidados de saúde, mas também para garantir a segurança das

peças. Neste contexto, os estudos que buscam compreender e avaliar os motivos que levam a população a automedicação por analgésicos, com os seus consequentes resultados para a saúde entre a população, são importantes, especialmente para que se entenda a verdadeira realidade.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar o uso indiscriminado de analgésicos para alívio da dor, apresentando as suas causas e consequências para a saúde, a fim de gerar maior conhecimento que evite a automedicação e consequente uso indiscriminado de analgésicos pela população.

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, apoiada em artigos científicos, livros, revistas e sites de destaque sobre o tema em apreço, tais como Scielo e Google acadêmico. Os termos usados na investigação foram “automedicação”, “uso indiscriminado de analgésicos”, “uso indiscriminado de medicação” e “riscos de saúde”. Foram selecionados trabalhos de revisão e estudos experimentais, publicados no período de 1990 e 2019.

2. USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Os medicamentos desempenham um papel importante no cuidado à saúde e, quando usados adequadamente, podem ajudar a curar doenças, aliviar os sintomas e o sofrimento do paciente. No entanto, seu uso irracional continua a ser uma questão importante para a maioria dos sistemas de saúde em todo o mundo.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu que o uso racional de medicamentos (URM) ocorre quando os pacientes recebem medicações apropriadas às suas necessidades clínicas, em doses que atendem às suas próprias necessidades individuais, por um período de tempo adequado e ao menor custo para eles e sua comunidade. É também referido como os cinco direitos, isto é, o medicamento certo, na dose certa, pela via certa, na hora certa, para o paciente certo (OMS, 2012).

Mais de 50% de todos os medicamentos universais são prescritos, dispensados ou vendidos de forma inadequada. O uso indiscriminado de medicamentos atingiu novas conseqüências, atualmente, em termos de características terapêuticas, socioeconômicas e legais. Como resultado, muitos remédios são usados sem qualquer benefício terapêutico (REDENNA, 2014).

Fernandes e Cembranelli (2015) relacionam como razões para o uso irracional de medicamentos a falta de informações e de comunicação entre os profissionais de saúde e os usuários, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e propagandas comerciais das indústrias farmacêuticas, estimulando o consumo indiscriminado.

É fato que a produção e a venda de medicamentos devem enquadrar-se em um conjunto de leis, regulamentos e outros instrumentos legais direcionados para garantir a eficácia, a segurança e a qualidade dos produtos (BRASIL, 1998, p. 3). Medicamentos são prescritos quando não são necessários; os pacientes são tratados com medicamentos errados, ineficazes ou inseguros; são usados com dosagem e duração incorretas, muitas vezes sem considerar interações medicamentosas potencialmente sérias, prejudicando a qualidade do tratamento medicamentoso. Nesse cenário, o gasto com assistência médica aumenta e as chances de reações adversas a medicamentos e o desenvolvimento de resistência antimicrobiana aumentam (LIMA et al., 2017).

O uso de um maior número de medicamentos por um paciente aumenta os riscos de reações e eventos adversos, menor adesão do paciente e maior fardo econômico. Sendo assim, a legislação brasileira se posiciona, com destaque para a divulgação dos medicamentos. E “a propaganda de produtos farmacêuticos, [...] especialmente a que se destina ao comércio farmacêutico e à população leiga, deverá se enquadrar em todos os preceitos legais vigentes [...]” (BRASIL, 1998, p. 6).

Outras conseqüências desta tão comprometedora polifarmácia incluem interações medicamentosas levando à hospitalização, mudança do status funcional, comprometimento cognitivo, incontinência urinária e mudança no estado nutricional (SKINNER, 2015).

3. A AUTOMEDICAÇÃO

De acordo com Redena (2014), automedicação consiste na prática da ingestão de medicamentos sem o aconselhamento/acompanhamento de pessoa que seja profissional habilitado na área de saúde. Outro modo de compreender é que a automedicação consiste em consumir determinado medicamento, caseiro ou industrializado, para a realização de tratamento ou alívio dos sintomas ou doenças, ou ainda com o propósito de promover a saúde, sem a prescrição de um profissional (SOUSA et al., 2008).

Dados coletados por Barsante (2019, p. 17) nas cinco regiões brasileiras constataram que muitos brasileiros praticam a automedicação e que “o índice de pessoas maiores de 16 anos que afirmam fazer uso de medicamento sem prescrição médica e/ou orientação farmacêutica tem crescido significativamente”.

No Estado do Espírito Santo, de acordo com dados do Centro de Informação sobre Medicamentos do Espírito Santo (Ceimes), o Centro de Atendimento Toxicológico do Espírito Santo (Toxcen) notificou 289 casos de automedicação em 2016 (ESPÍRITO SANTO, 2017). Segundo Kovacs e Brito (2006), a prática é considerada automedicação quando o indivíduo utiliza medicamentos sem prescrição médica, decidindo qual o fármaco que utilizará, incluindo a indicação ou prescrição deste por pessoas não qualificadas e/ou habilitadas, como familiares, amigos, dentre outros. Quando essa prescrição é feita por um balconista de farmácia, o ato é considerado exercício ilegal da medicina.

Há quem defenda o argumento de que este fenômeno cresce a cada dia na sociedade brasileira pela carência de profissionais habilitados, que possam prescrever ou orientar sobre o uso racional de medicamentos. Outros fatores também podem ser levados em conta como a escolaridade do indivíduo, suas relações étnicas e culturais, condições econômicas, políticas o que torna a automedicação um problema de saúde pública (REDENA, 2014).

O setor de medicamentos de venda livre, ou seja, que não necessitam de prescrição médica, movimentam bilhões de reais anualmente, sendo responsável

por cerca de 30% do mercado farmacêutico no país. Dentre estes fármacos, um dos mais vendidos são os analgésicos, amplamente comercializados e divulgados em campanhas publicitárias. E o marketing que se mostra envolvido na comercialização de inúmeros medicamentos de venda livre atrai a população de tal maneira e tão fortemente, que a venda, especialmente por canais de comunicação, envolve uma vultosa quantia de dinheiro. Pesquisa realizada pelo Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ), em 2019, verificou que os analgésicos e anti-inflamatórios estão entre os medicamentos mais consumidos pelos brasileiros, sem prescrição médica (ICQT, 2019).

Segundo Araújo et al. (2015), quase todos os brasileiros andam com comprimidos de analgésico nos bolsos e bolsas e cerca de 89% toma algum medicamento sem nenhuma prescrição quando sentem dor. Tal situação vem preocupando os profissionais de saúde, pois estes medicamentos podem mascarar a dor, que é um sintoma de que está havendo alguma alteração fisiológica que pode acarretar alguma doença.

Em uma sociedade moderna, onde as pessoas buscam o imediatismo, inclusive no restabelecimento da saúde, além das dificuldades de acesso aos serviços de saúde, da propaganda apelativa das indústrias farmacêuticas, são fatores que contribuem para a automedicação (BÁRTA; OLIVEIRA, 2010).

Fatores políticos, econômicos e culturais vêm contribuindo para o aumento da automedicação em todo o mundo, tornando este um problema de Saúde Pública. De acordo com Franco et al. (2009), diante de uma maior disponibilidade de fármacos no mercado, o usuário passa a ter maior familiaridade com os medicamentos, situação agravada pelos fatores já citados acima.

Em geral, o consumidor não possui conhecimento para distinguir e escolher o melhor recurso terapêutico disponível ou avaliar a gravidade do seu problema, sendo necessário que um profissional prescreva o fármaco mais eficaz. A prescrição é uma atribuição legal, sendo necessário conhecimento real de farmacologia, quanto a ações, usos e esquemas de administração dos medicamentos,

envolvendo questões legais, técnicas e clínicas, sendo seus responsáveis sujeitos à legislação de controle e as ações de vigilância sanitária (DRESCH, 2008).

Dentre os medicamentos mais consumidos sem prescrição médica, estão os analgésicos, que podem ocasionar reações adversas de dois tipos: reação alérgica verdadeira, a reação anafilática, relacionada ao mecanismo imunológico, sendo a mais frequente, podendo estar associada a angioedema, urticária e rash maculopapular, além de ataque de asma; e reação pseudoalérgica, que se caracteriza por ataques respiratórios com broncoespasmos (PRADO et al., 2016).

4. AUTOMEDICAÇÃO COM ANALGÉSICOS

A dor é um problema comum vivenciado por pessoas de todas as idades. Um analgésico é definido como “um composto capaz de produzir analgesia, isto é, que alivia a dor alterando a percepção de estímulos nociceptivos sem produzir anestesia ou perda de consciência”. Existem basicamente, três tipos principais de analgésicos: os não-opioides (por exemplo, paracetamol, ibuprofeno e diclofenaco), os opioides (por exemplo, morfina, codeína e petidina) e os adjuvantes (por exemplo, ansiolíticos, antidepressivos e anestésicos locais) (AUTA et al., 2012).

O fenômeno da automedicação com os medicamentos analgésicos no tratamento das dores é prática relatada por todo o planeta, especialmente com a classe dos AINEs (anti-inflamatórios não-esteroidais), tendo a dor como principal sintoma mostrado em diferentes condições de saúde. Também se mostra como motivo principal que conduz o indivíduo a procurar pelos serviços de saúde (DEMETRIO et al., 2012).

Vale também destacar que os anti-inflamatórios não-esteroidais (AINEs) são os fármacos comumente usados para a automedicação no tratamento da dor, febre, dor de cabeça, inflamação, dor muscular, cólicas menstruais, artrite, etc., a maioria dos quais são condições autolimitadas. As pessoas preferem a automedicação com medicamentos vendidos sem prescrição médica, em vez de procurar ajuda de profissionais de saúde, caso a condição seja leve a moderada (MOTA et al., 2010).

A situação da automedicação é diferente nos países desenvolvidos, em comparação com aqueles em desenvolvimento. Nos primeiros, a disponibilidade de medicamentos de venda livre nos supermercados aumentou sua acessibilidade e o custo de uma consulta médica também é alto, mas geralmente reembolsada pelo seguro, enquanto nos países em desenvolvimento os serviços médicos são precários e os profissionais de saúde não têm controle sobre o uso de produtos farmacêuticos pelos pacientes.

Drogas classificadas como medicamentos sujeitos a receita médica são frequentemente vendidas sem receita em países em desenvolvimento, sem indagar sobre alergias relacionadas a drogas e problemas médicos preexistentes que podem complicar o regime de tratamento e os medicamentos usados pelo paciente (PIOTTO et al., 2009).

Analgésicos e antitérmicos são os fármacos mais utilizados no Ocidente e, no Brasil, o paracetamol está entre os mais comercializados. Segundo Silva (2010), o paracetamol possui 35% do mercado brasileiro e está entre os analgésicos mais prescritos para crianças e adolescentes, sendo classificado como medicamento de venda livre, sem prescrição médica (ALVES et al., 2011).

O paracetamol é um fármaco que pertence à classe dos anti-inflamatórios não-esteroidais (AINEs), utilizado principalmente como analgésico e antipirético. Apesar de apresentar baixa atividade anti-inflamatória, tem se mostrado eficaz no alívio temporário de dores leves a moderadas associadas a dor de cabeça, resfriado comum, dores de dente, musculares, nas costas, cólicas menstruais, dores leves de artrite e diminuição da febre em bebês, crianças e adultos. No entanto, se utilizado em doses elevadas, o paracetamol pode ocasionar danos hepáticos e renais que serão irreparáveis, além de causar óbito em três a cinco dias após a ingestão (SILVA, 2010).

Muito recentemente o Ministério da Saúde divulgou uma lista de medicamentos que podem ser adquiridos sem orientação médica formal. Isto possibilita uma compreensão mais segura (na verdade pode gerar mesmo uma falsa segurança para a população) e quais analgésicos, dentre outros fármacos podem ser usados (BRASIL, 2021).

5. AS AÇÕES EDUCATIVAS PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A Política Nacional de Medicamentos (PNM), em suas devidas prerrogativas e atuação, preconiza a promoção do uso racional de medicamentos através de ações educativas dos profissionais de saúde junto aos usuários, visando informar sobre os sérios riscos da automedicação, bem como sobre a necessidade da utilização do fármaco prescrito nas doses recomendadas e da continuidade do tratamento (BRASIL, 1998).

Devido à diversidade de medicamentos disponíveis de venda livre, o profissional de saúde tem menos controle sobre o seu uso, entretanto, deve sempre buscar informações junto aos usuários, a fim de evitar efeitos adversos devido à interação medicamentosa (MARTINS et al., 2011).

Os profissionais de saúde da atenção básica têm um papel importante na prevenção dos riscos associados à automedicação, pois estão em uma excelente posição para fornecer informações, dar conselhos, fornecer educação em saúde, devendo utilizar uma abordagem colaborativa para lidar com o problema. O farmacêutico pode desempenhar um papel fundamental, fornecendo informações relevantes sobre os medicamentos de venda livre, através de treinamento dos demais profissionais de saúde, identificando os problemas mais comuns, a fim de que estes possam reproduzir o conhecimento junto aos usuários, conscientizando-os dos perigos da automedicação (ASCARI et al., 2014).

Após o diagnóstico e a recomendação de um produto, os pacientes precisam ser aconselhados adequadamente em relação à dose correta, a duração do tratamento e quaisquer efeitos secundários que possam ocorrer com a preparação, como forma de minimizar o seu uso indevido (ELY et al, 2015).

7. CONCLUSÃO

A automedicação, mesmo trazendo boa contribuição para cuidados com a saúde das pessoas, também pode trazer danos e, ainda que pesquisas brasileiras coloquem este paradoxo em debate, não existem dados que explicitem até que

níveis é possível considerar a sua prática sadia ou prejudicial à saúde. Portanto, ratifica-se aqui que a utilização indiscriminada de fármacos, especialmente os analgésicos, são procedimentos altamente perigosos para o agravamento dos sintomas de enfermidades e devem ser combatidos.

Os analgésicos são a classe de medicamentos mais utilizados para a automedicação. O nível de escolaridade e a falta de acesso aos serviços de saúde são fatores associados aos motivos para o maior uso de analgésicos para as dores, desde as mais comuns até algumas mais complexas. Em se tratando da falta de acesso, observa-se que representa um problema que precisa ser enfrentado e contornado, sendo recomendado o uso responsável e equilibrado de medicamentos.

Conclui-se, portanto, que a prática indiscriminada da automedicação por analgésicos pode gerar altos riscos, com resultados drásticos. Os profissionais da área da saúde, especialmente aqueles que lidam mais diretamente com as comunidades nos programas de atendimento às famílias, precisam realizar ações educativas sobre a automedicação e sobre o uso indiscriminado de medicamentos.

Por fim, sugere-se que haja a realização de pesquisas e estudos mais aprofundados, buscando uma avaliação mais precisa sobre os impactos da automedicação e do uso indiscriminado de fármacos para a saúde das pessoas. Também deve haver a avaliação mais intensa da racionalidade de tal prática.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. S. et al. Estudo do uso de analgésico por crianças e adolescentes de uma escola pública. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, v. 13, n. 3, p. 36-42, 2011.

ARAÚJO, A. L. Estudos brasileiros sobre automedicação: uma análise da literatura. 2014. 40f. Monografia (Graduação em Farmácia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ASCARI, R. A. et al. Estratégia saúde da família: automedicação entre os usuários. *Revista Uningá*, v. 18, n. 2, p. 42-7, 2014.

AUTA, A. et al. Medicine vendors: Self-medication practices and medicine knowledge. *N Am J Med Sci*, v. 4, n. 1, p. 24-8, 2012.

BARSANTE, D. J. Costa. Automedicação: proposta de um jogo paradidático na educação de jovens e adultos. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

BÁRTA, R. L.; OLIVEIRA, K. R. A prática da automedicação por funcionários de uma Instituição de Ensino Superior portadores de enxaqueca. *Rev Ciênc Farm Básica Apl*, v. 31, n. 2, p. 183-91, 2010.

BRASIL. Portaria nº 3.916/98. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

BRASIL. Instrução normativa nº 86, de 12 de março de 2021. Define a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

DALL'AGNOL, R. S. A. Identificação e quantificação dos problemas relacionados com medicamentos em pacientes que buscam atendimento no serviço de emergência do HCPA. 204. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DEMÉTRIO, G. S. Prevalência de automedicação para tratamento de dor em município do sul do Brasil. *Arq. Catarin. Med*, v. 41, n. 3, p. 54-59, 2012.

DRESCH, A. P. Caracterização do nível de conhecimento sobre medicamentos prescritos e prevalência de automedicação por pacientes ambulatoriais odontológicos. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ELY, L. S. et al. Uso de anti-inflamatórios e analgésicos por uma população de idosos atendida na Estratégia Saúde da Família. *Rev Bras Geriatr Gerontol*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 475-85, 2015.

FERNANDES, W. S.; CEMBRANELLI, J. C. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. *Revista Univap*, São José dos Campos, v. 21, n. 37, p. 5-12, 2015.

FRANCO, I. S.; RANGEL, N. P.; MELLO JÚNIOR, S. E. Avaliação da automedicação em universitários. In: VI EPCC. Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar. Maringá: Cesumar, 27 a 30 de outubro de 2009.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Cuidados com a automedicação. 2017. Disponível em: <https://farmaciacidade.es.gov.br/Not%C3%ADcia/cuidados-com-a-automedicacao>. Acesso em: 16 abr. 2021.

INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE – ICQT. Pesquisa Automedicação no Brasil 2018. Disponível em: <https://www.ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/871-pesquisa-automedicacao-no-brasil-2018>. Acesso em: 20 ago 2020.

KOVACS, F. T; BRITO M. F. M. Percepção da doença e automedicação em pacientes com escabiose. *An Bras Dermatol*, v. 81, n. 2, p. 335-40, 2006.

LIMA, M. G. et al. Indicadores relacionados ao uso racional de medicamentos e seus fatores associados. *Rev Saúde Pública*, v. 51, Suppl. 2, p. 1-23, 2017.

MARTINS, M. C. C. et al. Uso de medicamentos sem prescrição médica em Teresina, PI. *Conscientiae Saúde*, v. 10, n. 1, p. 31-7, 2011.

MOTA, P. M. et al. Estudo sobre a utilização de anti-inflamatórios não esteroidais prescritos em receitas para idosos da região Noroeste Paulista. *Rev Ciênc Farm Básica Apl*, v. 31, n. 2, p. 157-63, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. A busca pelo uso responsável de medicamentos: Compartilhando e aprendendo com as experiências dos países: Estabelecimento de políticas para um atendimento de saúde. Genebra: OMS, 2012.

PIOTTO, F. R. et al. Prevalência da dor e do uso de analgésicos e anti-inflamatórios na automedicação de pacientes atendidos no Pronto-Socorro Municipal de Taubaté. *Rev Dor*, v. 10, n. 4, p. 313-7, 2009.

PRADO, M. A. M. B. et al. Uso de medicamentos prescritos e automedicação em homens. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 19, n. 3, p. 594-608, 2016.

REDENNA, L. Uso racional de medicamentos: é possível promover. *Pharma Tutor*, v. 2, n. 4, p. 43-9, 2014.

SILVA, J. R. Estudo da relação estrutura e atividade de derivados do paracetamol e pirazolonas. 2010. 56f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SOUSA, H. W. O. et al. A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil. *Revista Eletrônica de Farmácia*, v. 5, n. 1, p. 67-72, 2008.

WANNMACHER, L. Paracetamol versus Dipirona: como mensurar o risco? *OPAS. Uso racional de medicamentos. Temas Seleccionados*, v. 2, n. 5, p. 1-7, 2005.